

ENTRE FÉ E DOMINAÇÃO: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA E A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE EM SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS - UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DAS DINÂMICAS DE PODER, VULNERABILIDADE E MEDIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

José Antônio Nunes Aguiar

Mestrando em Direito e Afirmação de Vulneráveis, Universidade UNICEUMA, São Luís\MA e graduado em Direito pela UFMA.

<http://lattes.cnpq.br/1365793003927191>

<https://orcid.org/0009-0007-2605-6343>

E-mail: joseantonionunesaguiar145@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-40>

RESUMO: O presente artigo analisa criticamente as relações entre liberdade religiosa, poder e produção de subjetividade nas sociedades democráticas contemporâneas, problematizando a conversão de um direito fundamental — a liberdade de crença e de consciência — em mecanismo de mediação normativa, controle simbólico e, em determinados contextos, produção de sujeição subjetiva. A partir de uma abordagem interdisciplinar que articula contribuições da filosofia, sociologia, antropologia e teoria social crítica, o estudo investiga como práticas institucionais e discursivas no campo religioso podem influenciar a constituição da subjetividade e a orientação das condutas individuais e coletivas. Adota-se a vulnerabilidade como categoria analítica central, compreendida em sua dimensão multidimensional e estratificada, em diálogo com a perspectiva de Florencia Luna, que a concebe como um conjunto de “camadas” interdependentes — sociais, econômicas, simbólicas, psicológicas e institucionais — que se sobrepõem e se intensificam em contextos específicos. Essa abordagem permite compreender como diferentes formas de exposição ao risco e à dependência simbólica ampliam a incidência das dinâmicas de poder sobre a consciência dos sujeitos. A hipótese central sustenta que, embora juridicamente assegurada, a liberdade religiosa pode ser socialmente instrumentalizada por meio de relações assimétricas de poder que se intensificam em contextos de vulnerabilidade estratificada, possibilitando a produção de subjetividades orientadas pela internalização da autoridade e pela limitação da autonomia crítica. O artigo também examina o caráter difuso e produtivo do poder, compreendendo-o como elemento constitutivo das práticas sociais e dos processos de subjetivação. Conclui-se que o problema não reside na religião enquanto dimensão da experiência humana, mas nas condições sociais e institucionais que permitem sua captura por lógicas de poder totalizantes, destacando a necessidade de fortalecimento da autonomia crítica, da pluralidade e das condições materiais que tornam a liberdade efetivamente realizável.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade religiosa. Poder simbólico. Subjetividade. Vulnerabilidade. Camadas de vulnerabilidade. Mediação da consciência.

BETWEEN FAITH AND DOMINATION: THE INSTRUMENTALIZATION OF RELIGIOUS FREEDOM AND THE CAPTURE OF SUBJECTIVITY IN DEMOCRATIC SOCIETIES – AN INTERDISCIPLINARY ANALYSIS OF POWER DYNAMICS, VULNERABILITY, AND THE MEDIATION OF CONSCIOUSNESS

ABSTRACT: This article critically examines the relationships between religious freedom, power, and the production of subjectivity in contemporary democratic societies, problematizing the transformation of a fundamental right — freedom of belief and conscience — into a mechanism of normative mediation, symbolic control, and, in certain contexts, subjective subjugation. Drawing on an interdisciplinary approach that integrates philosophy, sociology, anthropology, and critical social theory, the study explores how institutional and discursive practices within the religious field influence the constitution of subjectivity and the orientation of individual and collective conduct. Vulnerability is adopted as a central analytical category, understood as multidimensional and stratified, in dialogue with the perspective of Florencia Luna, who conceptualizes it as a set of interrelated “layers” — social, economic, symbolic, psychological, and institutional — that overlap and intensify in specific contexts. This approach allows for a deeper understanding of how different forms of exposure and symbolic dependence enhance the impact of power dynamics on individuals’ consciousness. The central hypothesis argues that, although legally guaranteed, religious freedom may be socially instrumentalized through asymmetrical power relations that intensify in contexts of layered vulnerability, leading to the production of subjectivities shaped by internalized authority and constrained critical autonomy. The article also addresses the diffuse and productive nature of power as a constitutive element of social practices and processes of subject formation. It concludes that the issue does not lie in religion as a dimension of human experience, but in the social and institutional conditions that enable its capture by totalizing power dynamics, emphasizing the need to strengthen critical autonomy, plurality, and the material conditions necessary for the effective realization of freedom.

KEYWORDS: Religious freedom. Symbolic power. Subjectivity. Vulnerability. Layers of vulnerability. Mediation of consciousness.

INTRODUÇÃO

A liberdade religiosa, consagrada como direito fundamental nas sociedades democráticas contemporâneas, constitui um dos principais instrumentos normativos de proteção da autonomia da consciência e da pluralidade de crenças. Em sua formulação jurídica e filosófica, tal liberdade pressupõe a possibilidade de o indivíduo escolher, professar, modificar ou abandonar convicções religiosas sem coerção externa, sendo frequentemente associada à realização da dignidade humana e da autodeterminação subjetiva. Contudo, a análise das dinâmicas sociais concretas revela que essa liberdade,

embora formalmente assegurada, não se realiza de maneira homogênea no plano material, sendo atravessada por relações complexas de poder que reconfiguram seus limites e significados.

Nesse contexto, a religião não pode ser compreendida apenas como esfera de transcendência individual, mas como fenômeno social estruturante. Conforme Durkheim (2003, p. 46), a religião constitui um sistema de crenças e práticas que organiza a vida coletiva, estabelecendo categorias fundamentais de percepção do mundo social. Assim, para além de sua dimensão espiritual, a religião opera como campo simbólico no qual se articulam formas de autoridade, legitimação e orientação das condutas.

A compreensão dessas dinâmicas exige considerar o poder não apenas como instância repressiva, mas como fenômeno difuso e produtivo. Nesse sentido, Michel Foucault afirma que “o poder está em toda parte, não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares” (Foucault, 2014 p. 12), evidenciando sua natureza relacional e sua presença nas práticas cotidianas.

O poder, portanto, não se limita à coerção direta, mas atua na produção de saberes, discursos e subjetividades, incidindo diretamente sobre a constituição da consciência.

A problemática que orienta este estudo emerge dessa articulação: em que medida a liberdade religiosa, concebida como garantia da autonomia da consciência, pode ser socialmente reconfigurada em mecanismo de mediação, controle e produção de sujeição subjetiva? Tal questão torna-se particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a busca por pertencimento, proteção e sentido existencial tende a intensificar a adesão a estruturas simbólicas que oferecem respostas totalizantes às incertezas da vida.

Para enfrentar essa problemática, o artigo adota a vulnerabilidade como categoria analítica central, compreendida em sua dimensão multidimensional e estratificada. Em diálogo com Florencia Luna (2009), a vulnerabilidade é entendida como um conjunto de “camadas” interdependentes que se sobrepõem e se intensificam em contextos específicos, ampliando a exposição dos sujeitos a relações assimétricas de poder (Luna,

2009, p. 121). Tal abordagem permite superar visões reducionistas, compreendendo a vulnerabilidade como fenômeno dinâmico e relacional.

A hipótese central deste estudo sustenta que, embora juridicamente garantida, a liberdade religiosa pode ser socialmente instrumentalizada por meio de relações de poder que se intensificam em contextos de vulnerabilidade estratificada, possibilitando a produção de subjetividades orientadas pela internalização da autoridade e pela limitação da autonomia crítica. Nesse processo, a religião pode atuar simultaneamente como espaço de acolhimento e como instância de orientação normativa abrangente.

Do ponto de vista teórico, a análise fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar que articula contribuições da filosofia, da sociologia e da teoria social crítica. A noção de poder simbólico, conforme desenvolvida por Pierre Bourdieu (2011), revela-se fundamental para compreender como determinadas estruturas sociais se reproduzem por meio da internalização de esquemas de percepção e julgamento que são reconhecidos como legítimos pelos próprios sujeitos (Bourdieu, 2011, p. 9).

Os objetivos do estudo consistem em: (i) analisar criticamente as relações entre liberdade religiosa e dinâmicas de poder; (ii) compreender os mecanismos de mediação da consciência no campo religioso; e (iii) investigar o papel das camadas de vulnerabilidade na intensificação de processos de dependência simbólica.

Por fim, este artigo não se propõe a deslegitimar a religião enquanto dimensão constitutiva da experiência humana, mas a examinar criticamente as condições sociais e institucionais que permitem sua instrumentalização. Nesse sentido, aproxima-se da perspectiva de Paulo Freire (2019), ao reconhecer a importância da consciência crítica como condição para a emancipação dos sujeitos (Freire, 2019, p. 46).

REFERENCIAL TEÓRICO: PODER, RELIGIÃO E VULNERABILIDADE

A análise das relações entre liberdade religiosa, poder e subjetividade nas sociedades democráticas exige a articulação de diferentes tradições teóricas capazes de apreender a complexidade dos processos sociais contemporâneos. Nesse sentido, este estudo fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar que integra contribuições da

filosofia, da sociologia e da teoria social crítica, permitindo compreender o poder não apenas como instância institucional, mas como dinâmica relacional que atravessa práticas, discursos e formas de constituição da consciência.

No campo da teoria social, o poder não pode ser reduzido à capacidade de imposição direta da vontade de um agente sobre outro. Ao contrário, ele se manifesta de forma difusa, operando nas relações sociais por meio da produção de saberes, normas e práticas que estruturam a vida cotidiana. Conforme aponta Michel Foucault (2014), o poder deve ser compreendido como uma rede de relações que atravessa toda a sociedade, incidindo sobre os corpos, os discursos e os modos de subjetivação. Essa concepção amplia a compreensão tradicional do poder, deslocando-o da esfera exclusivamente coercitiva para o campo produtivo das práticas sociais.

Complementarmente, a noção de poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu (2011) revela-se central para a análise proposta. Segundo o autor, o poder simbólico opera por meio da imposição de significados que são reconhecidos como legítimos pelos próprios sujeitos, contribuindo para a reprodução das estruturas sociais sem a necessidade de coerção explícita. Nesse sentido, a dominação torna-se mais eficaz na medida em que se apresenta como natural, sendo internalizada pelos indivíduos como forma legítima de organização da realidade.

A sociologia clássica também contribui para essa compreensão ao evidenciar os mecanismos de legitimação da autoridade. Para Max Weber (2004), a dominação se sustenta não apenas pela força, mas pela crença na legitimidade da autoridade, seja ela de caráter tradicional, carismático ou legal-racional. No campo religioso, essa legitimidade assume características específicas, na medida em que se fundamenta em crenças compartilhadas e na atribuição de autoridade a determinados agentes considerados portadores de verdade ou orientação moral.

A religião, por sua vez, pode ser compreendida como sistema simbólico estruturante da vida social. Conforme argumenta Émile Durkheim (2003), ela desempenha função central na organização da experiência coletiva, estabelecendo categorias fundamentais de interpretação da realidade. Essa dimensão torna o campo

religioso particularmente relevante para a análise das relações entre poder e subjetividade, uma vez que nele se articulam significados, valores e normas que orientam o comportamento social.

Do ponto de vista crítico, a análise da religião também deve considerar sua relação com processos de alienação e dominação. Nesse sentido, Karl Marx (2010) compreende a religião como fenômeno social que pode contribuir para a naturalização das condições de desigualdade, ao oferecer explicações simbólicas que deslocam a atenção das contradições materiais da realidade. Embora essa perspectiva não esgote a compreensão do fenômeno religioso, ela evidencia a necessidade de analisar criticamente suas funções sociais.

No que se refere à constituição da subjetividade, a articulação entre poder e saber assume papel central. O sujeito não é concebido como entidade autônoma e isolada, mas como resultado de processos históricos e sociais que envolvem práticas discursivas, relações institucionais e formas de autoridade. Nesse sentido, a subjetividade é compreendida como construída, sendo continuamente moldada pelas estruturas simbólicas e pelas relações de poder que atravessam a vida social (Foucault, 2014).

A esse quadro teórico soma-se a contribuição fundamental de Florencia Luna (2009), cuja abordagem das “camadas de vulnerabilidade” permite aprofundar a análise das condições sob as quais os sujeitos se tornam mais expostos às dinâmicas de poder. Para a autora, a vulnerabilidade não deve ser entendida como condição homogênea ou essencial, mas como conjunto de fatores interdependentes que se sobrepõem e se intensificam em contextos específicos. Essa perspectiva possibilita compreender a vulnerabilidade como fenômeno dinâmico, relacional e contextual, diretamente associado às condições sociais, econômicas, culturais e institucionais.

A incorporação dessa abordagem permite identificar que a exposição dos sujeitos ao poder não ocorre de forma uniforme, mas varia conforme a articulação dessas diferentes camadas. Assim, fatores como precariedade econômica, fragilidade institucional, dependência simbólica e insegurança existencial não atuam isoladamente,

mas se combinam, ampliando a intensidade das relações de poder e reduzindo as condições de exercício da autonomia da consciência.

Por fim, a perspectiva da consciência crítica, desenvolvida por Paulo Freire (2019), oferece importante contraponto às dinâmicas de dominação, ao enfatizar a capacidade dos sujeitos de refletir sobre sua própria realidade e de atuar na transformação das condições que os limitam. Essa abordagem permite reconhecer que, embora atravessados por relações de poder, os indivíduos não são completamente determinados por elas, sendo capazes de desenvolver práticas reflexivas que favorecem a autonomia e a emancipação.

Dessa forma, o marco teórico que orienta este estudo fundamenta-se na articulação entre a concepção de poder como fenômeno difuso e produtivo, a noção de poder simbólico, a compreensão da religião como sistema de significados e a abordagem da vulnerabilidade em camadas. Essa integração permite analisar de forma mais precisa como as relações entre religião, poder e subjetividade se configuram em contextos marcados por desigualdades e assimetrias, oferecendo base para a investigação dos mecanismos de mediação da consciência e produção de sujeição.

RELIGIÃO, MEDIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

A religião, enquanto fenômeno social e simbólico, desempenha papel central na produção de sentidos e na organização da experiência humana. Para além de sua dimensão espiritual, ela opera como instância de mediação da realidade, oferecendo aos indivíduos categorias interpretativas por meio das quais compreendem o mundo, a si mesmos e suas relações sociais. Nesse sentido, conforme Clifford Geertz (2008), a religião pode ser compreendida como um sistema cultural que estabelece modelos de significado capazes de orientar práticas e disposições subjetivas.

A mediação da consciência promovida pela religião não se limita à transmissão de crenças, mas envolve a construção de estruturas simbólicas que influenciam diretamente a formação da subjetividade. A consciência, longe de ser uma instância puramente

individual, constitui-se socialmente por meio de discursos, práticas e relações de poder que moldam as formas de percepção e julgamento. Nessa perspectiva, a religião atua como um dos principais dispositivos de produção de subjetividade, ao organizar narrativas sobre o bem, o mal, a culpa, a salvação e o destino humano.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Michel Foucault (2014), segundo a qual as relações de poder não apenas reprimem, mas produzem sujeitos. Como o próprio autor sugere, “o poder produz saber [...] e produz sujeitos” (Foucault, 2014, p. 27), evidenciando sua dimensão produtiva na constituição da experiência social. No campo religioso, essa produção se manifesta por meio de práticas discursivas, rituais e formas de autoridade que orientam a conduta e estruturam a interioridade dos indivíduos.

A autoridade religiosa desempenha papel decisivo nesse processo, na medida em que se apresenta como instância legítima de interpretação da realidade. Conforme argumenta Max Weber (2004), a autoridade carismática e tradicional, frequentemente presentes no campo religioso, fundamenta-se na crença na legitimidade do líder, o que contribui para a internalização de suas orientações como referências normativas. Nesse contexto, a mediação da consciência ocorre não apenas por meio de doutrinas, mas também pela confiança e pela adesão simbólica às lideranças.

O poder simbólico, conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu (2011), revela-se particularmente eficaz nesse cenário, uma vez que atua por meio da naturalização de estruturas de sentido. Ao internalizar categorias de percepção e julgamento, os sujeitos passam a reproduzir determinadas visões de mundo como se fossem naturais ou universais. No campo religioso, isso se traduz na incorporação de normas e valores que orientam a vida cotidiana sem que sejam percebidos como imposições externas.

A mediação da consciência torna-se especialmente significativa em contextos de vulnerabilidade, nos quais os sujeitos buscam respostas para situações de incerteza, sofrimento e instabilidade. A partir da perspectiva das “camadas de vulnerabilidade” proposta por Florencia Luna (2009), é possível compreender como diferentes dimensões — econômica, social, psicológica e simbólica — se articulam, ampliando a exposição dos indivíduos a estruturas de autoridade que oferecem sentido e orientação. Nessas

condições, a adesão a discursos religiosos tende a ser intensificada, não apenas como escolha espiritual, mas como estratégia de organização da própria existência.

Esse processo não é necessariamente negativo em sua origem. Em muitos contextos, a religião desempenha função de acolhimento, solidariedade e reconstrução de vínculos sociais. Contudo, quando a mediação da consciência ultrapassa o campo do cuidado espiritual e assume caráter normativo abrangente, pode contribuir para a limitação da autonomia crítica. O sujeito passa, então, a interpretar a realidade predominantemente a partir de esquemas previamente definidos, reduzindo sua capacidade de questionamento e reflexão.

A produção de subjetividade, nesse contexto, está diretamente relacionada à internalização da autoridade. O indivíduo não apenas segue orientações externas, mas incorpora essas orientações como parte de sua própria identidade. Como resultado, a distinção entre escolha autônoma e adesão mediada torna-se difusa, evidenciando a complexidade das relações entre liberdade e sujeição.

É importante ressaltar, contudo, que esse processo não ocorre de forma homogênea ou determinista. A subjetividade permanece espaço de tensão e possibilidade, no qual diferentes influências se articulam e se transformam. A religião, nesse sentido, pode também funcionar como espaço de resistência e reinterpretação, abrindo possibilidades de construção de sentidos que não se reduzem à reprodução da dominação.

Dessa forma, a análise da mediação da consciência no campo religioso exige reconhecer sua ambivalência: ao mesmo tempo em que organiza a experiência e oferece sentido, pode também estruturar formas de orientação normativa que limitam a autonomia crítica. Essa tensão revela-se central para a compreensão das dinâmicas de poder que atravessam a liberdade religiosa em sociedades democráticas.

PODER, CAMADAS DE VULNERABILIDADE E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO

A compreensão das dinâmicas de poder que atravessam a liberdade religiosa exige a incorporação da vulnerabilidade como categoria analítica central. Contudo, tal vulnerabilidade não pode ser entendida como condição homogênea ou estática, mas como fenômeno complexo, relacional e multidimensional. Nesse sentido, a perspectiva desenvolvida por Florencia Luna (2009) revela-se fundamental ao propor a noção de “camadas de vulnerabilidade”, segundo a qual diferentes fatores se sobrepõem e se intensificam em contextos específicos.

De acordo com essa abordagem, a vulnerabilidade não é um atributo essencial do sujeito, mas uma condição contingente que emerge da interação entre múltiplas dimensões, tais como a vulnerabilidade social, econômica, psicológica e simbólica. Essas camadas não atuam de forma isolada, mas se inter-relacionam, produzindo contextos nos quais a exposição às relações de poder se torna mais intensa. Assim, indivíduos inseridos em contextos de precariedade material, fragilidade institucional e dependência simbólica tendem a apresentar maior suscetibilidade à mediação da consciência e à internalização de estruturas normativas.

A compreensão da vulnerabilidade, à luz da perspectiva das “camadas” proposta por Florencia Luna (2009), exige superar abordagens fragmentadas e reconhecer seu caráter relacional e cumulativo. As diferentes dimensões da vulnerabilidade — social, econômica, psicológica e simbólica — não se manifestam de forma isolada, mas se articulam em um sistema dinâmico de interdependência, no qual cada camada potencializa os efeitos das demais. Essa sobreposição produz um campo ampliado de exposição às relações de poder, influenciando diretamente a formação da subjetividade e a capacidade de exercício da autonomia da consciência. Nesse sentido, a interdependência dessas camadas pode ser mais bem compreendida por meio de uma representação esquemática que evidencia sua convergência para um núcleo central de vulnerabilidade e suas possíveis projeções em trajetórias distintas de sujeição ou emancipação.

Figura 1 – Camadas de vulnerabilidade e trajetórias da subjetividade.



Fonte: Elaboração própria com base em Luna (2009).

A figura acima apresenta o modelo das camadas de vulnerabilidade em sua dimensão relacional e dinâmica, evidenciando não apenas a coexistência, mas a sobreposição efetiva entre as dimensões social, econômica, psicológica e simbólico-religiosa. As camadas, representadas de forma translúcida, indicam que a vulnerabilidade não se organiza de maneira compartimentalizada, mas se constitui por interseções contínuas que se reforçam mutuamente. O núcleo de vulnerabilidade emerge, assim, como ponto de condensação dessas interações, refletindo a experiência concreta do sujeito em contextos atravessados por relações de poder. A presença de fluxos bidirecionais entre as camadas evidencia a natureza circular e retroalimentada dessas dinâmicas, afastando leituras lineares ou hierarquizadas. A partir desse núcleo, delineiam-se trajetórias possíveis da subjetividade, que oscilam entre a sujeição — marcada pela dependência simbólica — e a autonomia, entendida como possibilidade de emancipação. O modelo, portanto, permite compreender a vulnerabilidade como um fenômeno estrutural, relacional e historicamente situado.

No campo religioso, essa dinâmica assume contornos específicos. A vulnerabilidade simbólica, por exemplo, manifesta-se na necessidade de sentido e

pertencimento, levando os sujeitos a aderirem a estruturas que oferecem respostas totalizantes para as incertezas da vida. Quando combinada com vulnerabilidades econômicas e sociais, essa dimensão pode intensificar a dependência em relação a lideranças e instituições que exercem forte mediação sobre a consciência.

A vulnerabilidade psicológica, por sua vez, relaciona-se à insegurança existencial, ao sofrimento e à busca por estabilidade emocional. Em contextos nos quais essa camada se articula com a vulnerabilidade simbólica, a religião pode assumir papel central na organização da vida subjetiva, oferecendo conforto e orientação, mas também potencializando a internalização de discursos normativos.

A vulnerabilidade econômica e social, por outro lado, contribui para a redução das possibilidades concretas de escolha, limitando o acesso a alternativas institucionais e reforçando a centralidade de estruturas religiosas como espaços de acolhimento e organização da vida. Conforme argumenta Pierre Bourdieu (2011), a desigualdade nas condições sociais influencia diretamente a capacidade dos indivíduos de exercerem autonomia, evidenciando a relação entre capital simbólico e poder.

Dessa forma, as camadas de vulnerabilidade não apenas ampliam a exposição ao poder, mas também estruturam as condições sob as quais a liberdade religiosa é exercida. A liberdade formal, nesse contexto, pode coexistir com limitações materiais e simbólicas que condicionam a autonomia da consciência, evidenciando o caráter paradoxal das sociedades democráticas.

Contudo, a perspectiva de Luna também oferece importante contribuição ao permitir pensar não apenas a identificação, mas a remoção ou redução das vulnerabilidades. Ao compreender a vulnerabilidade como estratificada, torna-se possível intervir em suas diferentes camadas, promovendo condições que favoreçam a autonomia dos sujeitos.

A superação dessas vulnerabilidades passa, em primeiro lugar, pelo fortalecimento das condições materiais de existência, reduzindo desigualdades econômicas e ampliando o acesso a direitos sociais. Em segundo lugar, envolve o fortalecimento das instituições democráticas, garantindo espaços de participação, pluralidade e proteção contra formas

de dominação simbólica. Em terceiro lugar, exige o desenvolvimento da consciência crítica, conforme proposto por Paulo Freire (2019), permitindo que os sujeitos reflitam sobre sua própria condição e questionem as estruturas que os limitam.

Além disso, a promoção de uma vivência religiosa baseada na reflexão, no diálogo e na autonomia contribui para deslocar a relação entre fé e poder, reduzindo a centralidade da mediação autoritária e ampliando as possibilidades de construção de sentido de forma mais livre e consciente. Nesse contexto, a religião pode deixar de operar como instância de sujeição e assumir papel emancipador, articulando espiritualidade e dignidade humana.

Assim, a análise das camadas de vulnerabilidade permite compreender que a sujeição não é inevitável, mas resultado de condições específicas que podem ser transformadas. A autonomia, nesse sentido, não é ausência de influência, mas capacidade de refletir criticamente sobre as condições que moldam a própria existência.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ E INDUÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE

A relação entre religião e política, embora formalmente mediada pelo princípio da laicidade nas sociedades democráticas, apresenta-se, na prática, marcada por interações complexas que envolvem disputas por legitimidade, influência e orientação das condutas coletivas. A liberdade religiosa, nesse contexto, não implica ausência de impacto político, mas delimita, em termos normativos, a separação entre a esfera da crença e a organização do poder estatal. Entretanto, quando analisadas à luz das dinâmicas sociais concretas, essas esferas revelam-se frequentemente interpenetradas.

A instrumentalização da fé pode ser compreendida como o processo pelo qual elementos religiosos — crenças, símbolos, discursos e autoridades — são mobilizados com a finalidade de influenciar comportamentos políticos e consolidar projetos de poder. Esse fenômeno não se manifesta, necessariamente, por meio de imposições diretas, mas opera, sobretudo, por mecanismos de indução simbólica, nos quais a adesão política é construída como extensão da fidelidade religiosa.

Conforme a perspectiva do poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu (2011), a eficácia dessas estratégias reside na capacidade de fazer com que determinadas visões de mundo sejam reconhecidas como legítimas e naturais pelos próprios sujeitos. No campo religioso, essa legitimidade é intensificada pelo caráter sagrado atribuído às crenças e às lideranças, o que confere maior autoridade aos discursos que orientam a vida social e política.

A partir da compreensão do poder como fenômeno difuso, conforme argumenta Michel Foucault (2014), é possível identificar que a indução política não depende exclusivamente de estruturas formais, mas se realiza nas práticas cotidianas, nos discursos e nas relações de confiança estabelecidas entre lideranças religiosas e fiéis. Nesse sentido, o poder não apenas orienta comportamentos, mas molda as próprias condições de possibilidade das escolhas individuais.

A articulação entre religião e política torna-se particularmente intensa em contextos marcados por camadas de vulnerabilidade. Conforme a abordagem de Florencia Luna (2009), a sobreposição de vulnerabilidades — sociais, econômicas, simbólicas e psicológicas — amplia a exposição dos sujeitos a estruturas de autoridade que oferecem sentido, proteção e orientação. Nesses cenários, a adesão a discursos religiosos que incorporam dimensões políticas tende a ocorrer de maneira mais intensa, não apenas como escolha ideológica, mas como forma de organização da própria existência.

A vulnerabilidade simbólica, associada à busca por pertencimento e identidade, desempenha papel central nesse processo. Ao oferecer narrativas totalizantes que interpretam a realidade em termos morais e absolutos, a religião pode contribuir para a simplificação do campo político, reduzindo sua complexidade a dicotomias como bem e mal, ordem e desordem, salvação e perdição. Essa dinâmica dificulta o exercício do pensamento crítico e limita a abertura ao pluralismo, elementos fundamentais das sociedades democráticas.

Além disso, a autoridade religiosa, frequentemente fundamentada em formas carismáticas de legitimação, conforme descrito por Max Weber (2004), pode ampliar sua influência ao se apresentar como mediadora não apenas da esfera espiritual, mas também

da interpretação da realidade social e política. Nesse contexto, orientações políticas passam a ser internalizadas como imperativos morais ou religiosos, reduzindo a distinção entre fé e posicionamento político.

É importante destacar que esse processo não implica a ausência de agência dos sujeitos, mas evidencia que suas escolhas estão inseridas em contextos estruturados por relações de poder. A liberdade formal de decisão convive, assim, com condicionamentos simbólicos que orientam a percepção do mundo e delimitam o campo do possível.

Entretanto, a análise da instrumentalização da fé não pode ser conduzida de forma simplificadora ou generalizante. O campo religioso é heterogêneo, abrigando experiências que promovem tanto a reprodução de estruturas de dominação quanto práticas de resistência e engajamento crítico. Em muitos contextos, a religião atua como espaço de mobilização social, defesa de direitos e promoção da dignidade humana, evidenciando sua ambivalência enquanto fenômeno social.

Dessa forma, a questão central não reside na presença da religião na esfera pública, mas nas formas pelas quais essa presença se articula com as dinâmicas de poder. Quando orientada pela autonomia crítica, pelo diálogo e pelo reconhecimento da pluralidade, a participação religiosa pode contribuir para o fortalecimento da democracia. Por outro lado, quando estruturada por lógicas de autoridade totalizante, pode comprometer a autonomia da consciência e limitar o espaço de deliberação.

RESISTÊNCIA, AUTONOMIA E SUPERAÇÃO DAS VULNERABILIDADES

A análise das relações entre religião, poder e vulnerabilidade não conduz a uma compreensão determinista da experiência social. Ao contrário, a própria natureza relacional do poder implica a existência de possibilidades de resistência, reconfiguração e transformação. Conforme argumenta Michel Foucault (2014), onde há poder, há também a possibilidade de resistência, ainda que esteja se manifeste de forma dispersa e não centralizada.

A perspectiva das camadas de vulnerabilidade proposta por Florencia Luna (2009) oferece importante contribuição para a compreensão dessas possibilidades, ao permitir

identificar não apenas a presença das vulnerabilidades, mas também os caminhos para sua redução. Ao reconhecer que a vulnerabilidade é composta por múltiplas camadas, torna-se possível intervir em cada uma delas, promovendo condições mais favoráveis à autonomia dos sujeitos.

A superação da vulnerabilidade social e econômica, por exemplo, envolve o fortalecimento de políticas públicas, a redução das desigualdades e a ampliação do acesso a direitos fundamentais. Já a vulnerabilidade simbólica pode ser enfrentada por meio da promoção do pluralismo, da diversidade de perspectivas e da democratização dos espaços de produção de sentido.

No plano subjetivo, o desenvolvimento da consciência crítica revela-se elemento central. Conforme destaca Paulo Freire (2019), a capacidade de refletir sobre a própria realidade constitui condição fundamental para a emancipação dos sujeitos. A consciência crítica permite questionar discursos naturalizados, identificar relações de poder e construir formas mais autônomas de inserção social.

A religião, nesse contexto, pode desempenhar papel ambivalente. Quando estruturada por práticas autoritárias, pode reforçar a dependência simbólica e limitar a autonomia. Por outro lado, quando orientada pela reflexão, pelo diálogo e pelo reconhecimento da dignidade humana, pode contribuir para processos de emancipação, funcionando como espaço de acolhimento e fortalecimento existencial.

A democratização das relações no interior das instituições religiosas constitui elemento importante nesse processo. A abertura ao diálogo, a valorização da participação dos membros e o reconhecimento da pluralidade de interpretações contribuem para reduzir a centralização da autoridade e ampliar as possibilidades de construção coletiva do sentido religioso.

Além disso, o fortalecimento das instituições democráticas e a garantia da laicidade do Estado são fundamentais para limitar processos de instrumentalização da fé. A existência de espaços públicos baseados no debate racional e na convivência plural permite que diferentes visões de mundo coexistam sem imposição hierárquica.

A autonomia, portanto, não deve ser compreendida como ausência de influência, mas como capacidade de refletir criticamente sobre as condições que moldam a própria existência. Nesse sentido, a superação das vulnerabilidades não implica eliminar a religião ou o poder, mas transformar as formas pelas quais esses elementos se articulam na vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar criticamente as relações entre liberdade religiosa, poder e produção de subjetividade nas sociedades democráticas contemporâneas, evidenciando os paradoxos que emergem da coexistência entre garantias formais de autonomia e práticas sociais de mediação da consciência.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, demonstrou-se que a religião, para além de sua dimensão espiritual, constitui um campo social e simbólico no qual se articulam formas de autoridade, produção de sentido e orientação das condutas. Nesse contexto, a liberdade religiosa pode ser reconfigurada por relações de poder que influenciam a formação da subjetividade, especialmente em contextos marcados por camadas de vulnerabilidade.

A incorporação da perspectiva de Florencia Luna (2009) permitiu compreender a vulnerabilidade como fenômeno multidimensional e estratificado, evidenciando que a exposição dos sujeitos às dinâmicas de poder varia conforme a articulação de diferentes fatores sociais, econômicos, simbólicos e psicológicos. Essa abordagem possibilitou identificar que a instrumentalização da liberdade religiosa não ocorre de forma homogênea, mas se intensifica em contextos nos quais essas camadas se sobrepõem.

A análise da instrumentalização da fé revelou como o poder simbólico, conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu (2011), e a dimensão produtiva do poder, conforme proposta por Michel Foucault (2014), contribuem para a formação de subjetividades orientadas pela internalização da autoridade e pela limitação da autonomia crítica. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que tais processos não são absolutos, sendo atravessados por possibilidades de resistência e transformação.

Conclui-se que o problema não reside na religião enquanto dimensão constitutiva da experiência humana, mas nas condições sociais e institucionais que permitem sua instrumentalização por lógicas de poder totalizantes. A superação dessas dinâmicas exige não apenas garantias jurídicas formais, mas o fortalecimento das condições materiais, educacionais e simbólicas que possibilitam o exercício efetivo da autonomia da consciência.

Por fim, este estudo contribui para o debate contemporâneo ao evidenciar que a consolidação de sociedades verdadeiramente democráticas depende da capacidade de equilibrar liberdade, pluralidade e reflexão crítica, reconhecendo que a autonomia não é dada, mas construída em meio às tensões que atravessam a vida social.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- LUNA, Florencia. Elucidating the concept of vulnerability: layers not labels. **International Journal of Feminist Approaches to Bioethics**, v. 2, n. 1, p. 121–139, 2009.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2004.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: maio de 2026.